



Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento a Acesso à Documentação Básica

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO (GT) DOCUMENTAÇÃO

Local: Ministério Público - Av. Marechal Câmara nº 350 – Ed. Canavarro – 6º andar – sala 7

Data: 16/06/2016

Horário: 11:00h

Compareceram nesta reunião: Karla Ferreira da Silva (SEASDH/SUPPDH); Luana Bezerra Evaristo (MPRJ/COESUB); Lívia Pereira Paschoal (COESUB/MPRJ); Luiza Hood (DPGE/RJ); Carla Beatriz N. Maia (DPGE/RJ); Fátima Saraiva (DPGE/RJ); Carolina Raquel N. de Freitas (Receita Federal); Flora Beatriz Costa Neves (DETRAN/RJ); Tâmara Martins Vaz (DETRAN/RJ); Luiza Buzgaib Martins (COESUB/MPRJ); Dra. Daniela M. da Rocha Vasconcellos (MPRJ); Lívia Marinho Lessa Barbosa (SEPEC/CGJ/TJRJ); Tula Brasileiro (COESUB/MPRJ)

Item 1 – Apresentação dos participantes

Iniciada a reunião, foi sugerida a inversão da pauta para começar pelo item 3.

Item 3 – Pacto de Acesso à Documentação: organização do encontro do dia 21 de julho

Tula explicou resumidamente sobre o Pacto. Informou que amanhã vai começar a telefonar para as pessoas para perguntar se o documento já foi lido.

Lembrou ainda que o evento do dia 21/07 não será uma audiência pública. Contudo, seria interessante que as pessoas participassem para que as discussões e elaboração do documento não fiquem concentradas dentro do GT.

Tula acredita que seria melhor que algumas pessoas façam uma pequena apresentação sobre o tema.

Karla Ferreira acredita que seria interessante mostrar para o Estado os custos da falta de documentos em cada situação peculiar.

Flora sugeriu que cada GT traga a sua questão, citou como exemplo o impacto financeiro das pessoas que são enterradas sem documento pelo GT Óbito.

Dra. Fátima considera importante que a apresentação seja dinâmica, com os dados de tudo, o que tem sido feito pelo MPRJ, TJRJ, DPGERJ, DETRAN/RJ, como a criação do posto Méier.

Tula informou sobre a situação do Sub-Registro em Brasília.

Karla Ferreira informou que a situação do tráfico de pessoas é delicada.

Dra. Carla Beatriz sugeriu que fosse entregue aos participantes um kit com informações sobre o tema.

Tula sugeriu que cada componente receba uma proposta do Pacto para leitura, para elaboração de um documento único no momento da realização do evento.

Luiza sugeriu uma fala do MPRJ para explanação do tema.

Tula sugeriu uma fala do Miguel (SEADH), podendo a COESUB auxiliar na elaboração de uma apresentação em Power Point.

Karla Ferreira sugeriu uma mesa pequena para que o evento não se prolongue muito, evitando a abertura de muitas discussões e pouco tempo para elaboração do Pacto em si.

Dra. Carla Beatriz indagou sobre como se dará a contribuição do gestor que assinar o Pacto.

Tula respondeu que o tema está no art. 2º (página 7).

Dra. Carla Beatriz perguntou por onde sairá o ato normativo. Perguntou se seria um “convênio” entre as instituições.

Luiza entende que para amarrar a questão do Pacto, seria interessante que cada instituição enviasse um representante.

Carolina sugeriu que o ato normativo regule o funcionamento e o fluxo do processo de trabalho.

Flora sugeriu que se discuta o Pacto já com uma proposta de ato normativo.

Dra. Carla Beatriz informou que é difícil elaborar um ato normativo interinstitucional. Entende que o melhor caminho seria a elaboração de um Regimento Interno.

Lívia disse não conhecer ato normativo elaborado entre instituições diferentes. Ela pontuou que a grande questão será a responsabilidade assumida por cada instituição.

Tula lembrou que no dia 21/07/2016 está previsto ter: mesa, abertura, debate e normativa. Questionou ainda como será a normativa.

Priscilla questionou se a elaboração da normatização não irá demandar muito tempo e perder a verdadeira finalidade do Pacto.

Lívia lembrou que todas as instituições tem o mesmo peso, que devem trabalhar juntas. Ela sugeriu ainda a edição de um glossário que esclareça que o ato normativo é qualquer ato que possa ser incluído no regimento interno.

Karla Ferreira questionou se os trabalhos serão direcionados para assinatura do Pacto acontecer no dia do encontro.

Lívia lembrou que esse glossário irá permitir que qualquer outro ato normativo seja aceito. Destacou ainda que, cada instituição deve trazer o seu representante para que o evento ganhe força.

Dra. Daniela sugeriu que seja indicado um representante e um suplente, indicados por ofício, tendo em vista que as muitas instituições não editam atos normativos de maneira tão simples, já que tudo depende do Chefe da instituição, do momento político, etc.

Tâmara perguntou se não seria melhor indicar representantes antes da assinatura.

Dra. Daniela sugeriu a inclusão de um “parágrafo único” no próprio art. 2º, estabelecendo um prazo para que cada instituição indique os seus representantes por ofício.

Item 2 – Continuação do debate sobre a Central Nacional de Registro Civil e Central de Informações do Registro Civil (RJ); base legal, status, buscas e emissão de segunda via – Priscilla Soares M. Milhomem – Presidente da ARPEN/RJ

Priscilla continuou a apresentação do Power Point anexado.

Ela informou que os pedidos de Certidão, tanto as pagas como as gratuitas, são enviados através de ofício escaneado para a Central. A partir daí é gerado um boleto. Então, é gerada uma comunicação e um boleto.

Tula perguntou se um RCPN tem o acervo de outro RCPN.

Priscilla respondeu que não. Informou ainda que há uma resistência grande já que cada Oficial é responsável pelo seu acervo.

Priscilla informou que os pedidos de certidão, pagas ou gratuitas, no Estado do Rio de Janeiro anterior a 2007, ainda conta com o banco de dados anterior. O Provimento nº 46 está em vigor e determinou um prazo novo para a inclusão dos registros, ou seja, a partir de 16/06/2016 irá começar a correr o prazo do Provimento.

Encerrada a reunião, ficou agendada a data de 14/07/2016, às 10:30h, para a próxima reunião.